

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,  
realizada em 12 de abril de 2018**

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

No que diz respeito à atividade do Município nos últimos quinze dias, o senhor Presidente da Câmara informou que decorreu no dia vinte e sete março, em Braga, uma atividade no âmbito do projeto Bem Envelhecer e no dia vinte e nove, no edifício dos Paços do concelho a primeira sessão de sensibilização para a recolha seletiva de resíduos e compostagem doméstica, promovida pela CIM do Cávado e financiada pelo POSEUR. Sessão idêntica, prosseguiu, decorrerá no dia seis de junho na Vila do Gerês. -----

Deu, ainda, conhecimento da atribuição de 76 bolsas de estudo a estudantes do ensino superior totalizando um investimento de cinquenta e seis mil e vinte e cinco euros. -----

De seguida, informou que no âmbito de um protocolo com a Autoridade Tributária, os serviços municipais, através do Balcão Único de Atendimento e do Espaço Internet, prestará apoio a todos os munícipes no preenchimento e submissão da declaração de rendimentos relativa ao ano de dois mil e dezassete. -----

Realizou-se também a primeira reunião de trabalho com a ADERE Peneda-Gerês para apresentação do projeto COMPETITUR, no âmbito da promoção do turismo e que contou com a presença de operadores turísticos do concelho, disse o senhor Presidente. -----

Prosseguiu, informando que a Câmara Municipal recebeu no passado dia dois de abril, no edifício dos Paços do Concelho, o compasso pascal da paróquia de Moimenta e que nos dias sete e oito de abril decorreu, na Ermida, a sexta edição da Feira da Chanfana de Cabra, evento promovido pela ATACE. -----

Por fim, o senhor Presidente informou que esteve presente na reunião da Plataforma de Concertação Intermunicipal da Região Norte, que se realizou em Braga, para efeitos de elaboração de proposta de reprogramação do Portugal 2020, a enviar ao governo. -----

De seguida o senhor presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra. -----

Tomou a palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para questionar o senhor Presidente sobre o ponto de situação da revisão do Plano Direto Municipal (PDM), para integração do Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC) e do Plano de Ordenamento do PNPG (POPNG), conforme referido na reunião da Câmara Municipal de onze de dezembro do ano anterior. Naquela reunião, prosseguiu o senhor vereador, o senhor Eng.º Jerónimo referiu tratar-se de um assunto urgente. -----

No âmbito do PREVPAP, o senhor vereador questionou qual o ponto de situação do processo de regularização, acrescentando que se estão a criar novos precários com a integração de novos Contratos Emprego Inserção (CEI). Prosseguiu, afirmando que acha estranho o facto de os novos CEI estarem a substituir os prestadores de serviços que foram dispensados. -----

Relativamente aos processos de execução fiscal, o senhor vereador afirmou que lhe transmitiram que estará a ser imputada aos vereadores da oposição a responsabilidade pela cobrança das custas daqueles processos. “É bom que não seja verdade!” – disse. Ainda nesta temática, o senhor vereador, pronunciou-se acerca dos reduzidos prazos de notificação dos novos processos, referindo que apresentará proposta em futura reunião do executivo municipal para estabelecimento de prazos. -----

Sobre os planos de intervenção nas Escolas do Gerês e de Rio Caldo, que se encontram em concurso público, o senhor vereador solicitou que lhe fosse fornecida documentação de cada uma das intervenções, nomeadamente a memória descritiva dos concursos públicos. -----

Por fim, o senhor vereador deu nota da publicação do Índice de Transparência Municipal (ITM), relativo ao ano de dois mil e dezassete, referindo que gostaria que o Município de Terras de Bouro crescesse naquele domínio. -----

Retomou a palavra o senhor presidente da Câmara Municipal, para informar que, relativamente ao PREVPAP, em face da emissão de novo guião da DGAL, foi solicitado àquela entidade, mas também, à CCDR-N e à ANMP, esclarecimentos sobre o processo, aguardando-se os mesmos, sendo sua convicção que a publicitação do aviso estará para breve. -----

Relativamente à revisão do PDM o senhor Presidente informou que o processo se encontra em fase de preparação, tendo-se já verificado reuniões com a empresa que procedeu à última revisão: a Geoatributo. Prosseguiu o senhor Presidente, afirmando que se trata de um processo que preocupa todos os terrabourenses e para o qual é necessária atenção, mas também conseguir o correspondente financiamento. -----

No que diz respeito aos processos de execuções fiscais, o senhor Presidente, referiu que o senhor Dr. Paulo Sousa, os avalia com dois pesos e duas medidas, nomeadamente por falta de zelo ou por excesso deste. Quanto à responsabilidade pelas informações sobre a responsabilidade do pagamento das custas, o senhor Presidente da Câmara, desafiou o senhor vereador a concretizar a “acusação”, ressaltando que o executivo municipal não transmitiu qualquer mensagem nesse sentido, nem existe qualquer instrução para os serviços municipais o fazerem. -----

Relativamente às intervenções nas escolas o senhor Presidente informou que o processo está a ser acompanhado pela Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, tendo ocorrido, entretanto, uma reunião com os responsáveis do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. Os documentos solicitados serão fornecidos na próxima reunião do executivo municipal. -----

Sobre o ITM, o senhor Presidente solicitou o esclarecimento do chefe da Divisão Administrativa e Financeira. -----

Usou então da palavra o Dr. Paulo Antunes para esclarecer que, em relação ao ITM, o Município de Terras de Bouro desceu efetivamente algumas posições que, em sua opinião se devem à desatualização da informação em resultado das alterações do executivo municipal, entre outras, informação que está a ser, continuamente, atualizada, mas que efetivamente, na altura, em dezembro, estaria desatualizada. Prosseguiu aquele chefe de divisão, manifestando a sua discordância com alguma da informação que é solicitada aos membros dos executivos municipais. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, para referir que os documentos relativos ao trabalho extraordinário do serviço de águas que solicitou foram as participações dos trabalhadores e não uma informação da Secção de Recursos Humanos, como lhe foi entregue no início da reunião. Referiu, ainda que não lhe foi entregue a informação sobre as dívidas recuperadas por setor de atividade que solicitou. -----

Por fim, o senhor vereador, referiu ter tido conhecimento da mesma informação que o senhor Dr. Paulo Sousa sobre a imputação da responsabilidade pela cobrança de custas dos processos de execuções fiscais aos vereadores da oposição. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para referir que no final da reunião seriam entregues as cópias das participações de trabalho extraordinário solicitadas pelo senhor vereador, o que se verificou. Relativamente ao relatório da recuperação das dívidas, o senhor Presidente deu a palavra ao Chefe da Divisão Administrativa e Financeira para que este esclarecesse a questão. -----

Usou da palavra o Dr. Paulo Antunes para referir que o relatório solicitado é de análise e emissão demorada, em face daquilo que é fornecido pela aplicação informática, mas que em breve, o relatório seria entregue nos termos solicitados. -----

Terminadas as intervenções dos membros do órgão executivo, tratando-se de reunião pública, o senhor Presidente da Câmara, indagou o público presente, sobre se alguém desejaria usar da palavra. -----

Usou da palavra o senhor Rui Antunes, de Guimarães, para colocar ao senhor Presidente as seguintes questões: Que informações foram solicitadas à DGAL, no âmbito do PREVPAP? Quantos precários estão referenciados no processo? E por fim, quantos procedimentos concursais decorrerão? -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para informar que as questões colocadas à DGAL estavam essencialmente relacionadas com o nível habilitacional exigido. Relativamente aos procedimentos concursais, informou que se tratam de vinte e sete vagas distribuídas por treze procedimentos concursais e que estarão efetivamente oitenta precários referenciados na proposta de regularização aprovada pela Câmara

Municipal. Para esclarecimentos adicionais o senhor Presidente da Câmara deu a palavra a Dr. Paulo Antunes -----

Usou da palavra o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira para confirmar as informações dadas pelo senhor Presidente da Câmara e acrescentar que o tempo que mediou a publicação da Lei do PREVPAP e a proposta de aprovação do procedimento de regularização foi demasiado curto para que a listagem anexa àquela proposta fosse mais rigorosa, pois nem todos reunirão as condições de elegibilidade, nomeadamente quanto, no caso dos CEI, quanto ao tempo de serviço prestado. No entendimento daquele Chefe de Divisão, além dos beneficiários de Contratos de Emprego Inserção terem um contrato que cubra a totalidade ou parte do período mediado entre um de janeiro e quatro de maio de dois mil e dezassete, terão que ter exercido, adicionalmente, as mesmas funções, durante algum tempo, nos três anos anteriores à data de início do procedimento concursal de regularização. -----

Sendo doze horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----